

# NARRATIVAS DE PROFISSIONAIS ATUANTES NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO COM ÊNFASE NA DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Josiane Beltrame Milanesi  
Universidade Federal de São Carlos

Enicéia Gonçalves Mendes  
Universidade Federal de São Carlos

## Resumo

A presente pesquisa trata-se de um recorte de uma tese de doutorado, ainda em andamento, que tem como meta investigar o atendimento educacional especializado (AEE) de alunos com deficiência intelectual (DI), através da metodologia da pesquisa-ação, com professores especializados que atuam em salas de recursos multifuncionais (SRM). O estudo envolveu a construção de uma rede social virtual com doze professoras<sup>1</sup> de AEE de alunos com DI de 10 diferentes estados brasileiros, que participaram de atividades de estudos de 10 casos de ensino reais, escritos pelas participantes. A coleta de dados baseou-se em registros coletados a partir de ferramentas disponíveis no ambiente virtual, considerando as respostas das professoras participantes às questões colocadas para cada um dos casos de ensino. As produções e os intercâmbios que ficaram registrados no ambiente virtual foram analisados fazendo-se uso da metodologia de análise de dados sugerida pela Teoria Fundamentada. Nesta oportunidade, apresentam-se os dados emergidos a partir da escrita, interação e análise do caso de ensino três, tendo esta etapa sido concluída.

**Palavras-chave:** Educação Especial; Atendimento Educacional Especializado; Deficiência intelectual.

## Introdução

A partir dos anos 90, no Brasil, tem sido acompanhada alterações de âmbito educacional com vistas à universalização do acesso, obrigatoriedade do ensino e a passagem de uma escola considerada excludente para outra que se pretende inclusiva. Atualmente, a Educação Especial, passou a ser considerada parte integrante da Educação Básica e a escola comum tem o compromisso de organizar-se de forma a propiciar que todos os educandos tenham acesso aos conteúdos de cada nível educacional (BRASIL, 2008).

Partindo deste breve cenário e considerando as estatísticas oficiais que indicam que o maior contingente de alunos da Educação Especial matriculado em escolas comuns no Brasil é enquadrado na condição de DI (INEP, 2014), o presente trabalho tem como meta investigar o AEE destes alunos.

---

<sup>1</sup> As pesquisadoras optaram por utilizar o artigo feminino ao se reportar as participantes pelo fato de todas serem do referido sexo.

## Metodologia

Este estudo desenvolveu-se com base na metodologia da pesquisa-ação. A intenção era voltar-se para as realidades das SRM, propiciando a interação daqueles que lidavam diretamente com as questões trazidas por alunos com DI para o cotidiano escolar.

A presente pesquisa se desenvolveu através de rede social virtual na plataforma online Ning. O ambiente virtual foi intitulado “Rede Casos e Acasos” (<http://casoseacasosee.ning.com/>).

O grupo de participantes foi composto por 12 professoras de Educação Especial atuantes em SRM, de 10 diferentes estados brasileiros e que trabalhavam com alunos com DI. Foi decidido juntamente com as participantes que seriam utilizados nomes de flores para se referir a elas.

Para coleta de dados, 10 participantes escreveram um caso de ensino cada e ao final de cada caso haviam questões disparadoras para discussão. Todas as participantes interagiram para estudar cada caso.

A análise dos dados baseou-se na Grounded Theory (GT). Nesta oportunidade, considerou-se os dados possíveis de terem sido levantados e analisados a partir da escrita do caso de ensino 3 proposto pela Professora Flor de Lótus.

## Apresentação e discussão dos dados

A partir da análise dos dados foi possível dividi-los em quatro famílias que serão apresentadas a seguir:

### ▪ Deficiência intelectual

A partir da narrativa de Flor de Lótus considerando a “Prática pedagógica com o DI”, todas as participantes concordaram ser recorrente no caso de alunos com DI a dificuldade em reter o que lhes fora ensinado, e as professoras referiram encontrar desafios para responder aos objetivos do processo de ensino bem como da aprendizagem.

Apontamentos de uma participante tenta explicar o funcionamento desses alunos recorrendo a Vigotsky:

“[...] há uma fragilidade na zona de desenvolvimento proximal (ZDP) do DI [...] isso exige de nós professores da Educação Especial, uma atenção e dedicação especial quanto à mediação que realizaremos junto a esse aluno. A definição de tempos e espaços para a aprendizagem é tão importante quanto a própria intencionalidade de ensinar. [...] tenho obtido resultados satisfatórios no uso de elementos que emergem da cultura desses alunos [...] (Profa. Laélia - Respostas Caso de ensino 3).

A mediação a ser realizada nas práticas pedagógicas pelos professores é crucial e irá impactar diretamente na aprendizagem do aluno com DI, o que refletirá em seu desenvolvimento. Outra sugestão apontada, ainda que, para

ser utilizada de forma inicial, seria a construção de um Plano de Desenvolvimento Individual (PDI). O PDI pode ser uma importante ferramenta para o direcionamento das ações pedagógicas de forma individualizada, considerando os alunos com DI. Cabe ressaltar a importância da garantia de um trabalho em equipe envolvendo também o aluno e sua família para a construção do PDI.

Laélia sugeriu a construção de um Plano de AEE. Seu conselho foi iniciar com um inventário de interesses do aluno, seguindo com informações sobre suas potencialidades e fragilidades. A orientação é que se inclua também informações dadas pelos familiares, colegas bem como dos profissionais que convivem com o aluno. Posteriormente, conceber o Plano de AEE com um ou dois objetivos possíveis de serem alcançados.

As indicações dadas acima estão de acordo com as orientações da Resolução nº 4/2009 (BRASIL, 2009). Segundo Poker, et al; (2013), o PDI é um plano que tem a função de “[...] registrar os dados da avaliação do aluno e o plano de intervenção pedagógico especializado [...] constituído de duas partes, sendo a primeira destinada a informes e avaliação e a segunda voltada para a proposta de intervenção” (p. 21).

Estudos realizados no âmbito do Observatório Nacional de Educação Especial (ONEESP), reportando-se a realidade de 38 municípios brasileiros, identificou-se que acerca do Plano de AEE “[...] as possibilidades de compartilhamento na elaboração e discussão do planejamento parecem praticamente inexistentes no interior da escola, principalmente pelo fato de os professores regentes e das SRM trabalharem em turno diferentes” (MENDES; TANNÚS-VALADÃO, 2015, p. 508).

#### ▪ **Formações**

Foi possível compilar também dados referentes a categoria intitulada “Formações ofertadas pelas secretarias municipais de Educação e outros órgãos”. Neste tópico foi unânime a grande oferta de cursos na área da Educação Especial.

Considerando as 11 professoras que interagiram no caso de ensino, três informaram que a partir da Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 2008) houve considerável aumento na oferta de cursos voltados à Educação Especial (Linhares, Salvador e Florianópolis). Acerca do formato das formações oferecidas, como um todo, ou seja, independente de quem oferece (se em âmbito federal, estadual, municipal ou ainda outras possibilidades) foi informado haver oportunidades de formação para todas as deficiências em cinco municípios (Linhares, Rio Claro, Salvador, Aracajú e Florianópolis). Em Santa Maria e Itaara o município oferece formações com apoio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi).

Acerca das formações realizadas diretamente com as equipes responsáveis pela Educação Especial dos municípios, foi informado que em Linhares e

Salvador há formação uma vez por mês. Em Nova Iguaçu e Belford Roxo há encontros técnicos pedagógicos de formação.

Considerando especificamente a DI foi possível saber que em Linhares há muita oferta de cursos. Em Florianópolis há lacunas e, em Aracaju, não houve possibilidades de formação específica sobre esta temática até o momento da coleta de dados.

Sobre a formação ser específica para cada deficiência foi possível compreender que em Salvador, Aracajú, Florianópolis, Santa Maria e Itaara são ofertados cursos nestes formatos. Porém, em Florianópolis e Aracajú há também a possibilidade de formações de cunho mais generalistas.

#### ▪ **Sala de recursos multifuncionais**

Foram feitas várias colocações acerca da “Necessidade do laudo médico para frequentar o AEE”. Observou-se que há uma variação nos municípios brasileiros sobre esta necessidade voltando-se aos alunos com DI.

Na realidade de Rio Claro há a necessidade do laudo médico contendo o CID referente à especificidade para frequentar o AEE, porém, era considerada a opinião do professor da SRM sobre a necessidade do aluno em receber o atendimento. Em Linhares a dinâmica é a mesma, sendo solicitado o laudo para o ato da matrícula.

Em Maceió, Jequiá da Praia, Nova Iguaçu e Belford Roxo a ação é a mesma das citadas anteriormente, mas foi pontuada a dificuldade em conseguir laudo médico, assim sendo, atende-se o aluno ainda que o mesmo não possua um laudo, mas apresenta a demanda em ter atendimento especializado. Em relação à obrigatoriedade do laudo, independentemente de qualquer situação, dentre as participantes do presente estudo, esta determinação se refere somente ao município de Florianópolis.

Em Natal e Salvador o laudo não é obrigatório para o aluno receber o atendimento na SRM. Em Sergipe, a participante Lírio informou que no ato da matrícula é solicitado o laudo médico, mas ocorre de com o passar do tempo ser notado algo peculiar, e então o aluno passa a ser atendido e os pais são orientados a buscarem atendimento médico. Já a professora Cravo, também de Sergipe, informou que não é obrigatório, mas devido o preenchimento do censo é algo recorrente. Alunos com deficiências aparentes não é solicitado o laudo, mas em relação ao DI ocorrem dúvidas sobre essa questão.

A Nota Técnica nº 04/2014 afirma que para frequentar a SRM é necessário que o professor desta elabore o Plano de AEE, sendo este documento o comprovante que a escola necessita para reconhecer a matrícula do estudante PAEE, e não o laudo médico.

Entretanto, observa-se que na maioria da realidade das participantes dos municípios aqui investigados, a exigência de laudo médico de DI para acessar

o direito ao AEE ainda é a norma adotada, sob a alegação de que é preciso ser criterioso na identificação dessa condição.

#### ▪ **Inclusão escolar**

Uma questão que surgiu foi a presença de “Estagiários e profissionais de apoio” existentes nas escolas para suprir demandas relativas à Educação Especial. Esta temática se sobressaiu no caso de ensino 3, e a professora Flor de Lótus relatou que juntamente com ela na SRM atua outra professora de Educação Especial e, além disso, tem também a figura do estagiário. Desta forma, as professoras foram relatando como era na realidade de cada uma a presença de demais profissionais para atuarem junto aos alunos PAEE.

Em Florianópolis havia três profissionais que atuavam nas unidades educativas, sendo eles o professor de LIBRAS, professor auxiliar de LIBRAS (atuando como intérprete) e professor auxiliar para os alunos com dependência nas atividades de vida diária. Acerca do interprete de LIBRAS, foi apontada também a figura deste profissional em Rio Claro.

Sobre Salvador e Aracajú foi pontuado que no momento da coleta de dados havia somente pessoas contratadas para realizar o trabalho de higienização, alimentação e auxiliar na locomoção dos alunos PAEE que necessitavam de ajuda para estas tarefas.

Sobre a presença de paraprofissionais surgiram divergências do modo de atuação destes em cada realidade. Na escola de Orquídea, em Natal, os estagiários acompanhavam os alunos PAEE na sala de aula comum, apoiando os professores regentes. Na escola de Violeta, em Rio Claro, os monitores acompanhavam os alunos em todas as dimensões que eles necessitassem dentro do espaço escolar.

Na realidade da Profa. Margarida, em Santa Maria e Itaara, parece haver menos critérios em relação à disponibilização de estagiários. De acordo com a fala dela, não foi possível identificar exatamente qual o papel desempenhado por esses profissionais. “Conforme as necessidades e desejos dos professores, temos estagiários de diferentes áreas de atuação na escola e também temos três monitores que acompanham alunos que necessitam desse apoio mais de perto (Respostas Caso de ensino 3).

A participante Orquídea fez algumas ponderações acerca desta temática na realidade em que atua.

Vale salientar que nem sempre observamos avanços no processo de inclusão, com esses estagiários. Isto acontece, a meu ver, pela falta de critérios quando da contratação desses estagiários, que muitas vezes, cursam períodos iniciais da graduação, e não é exigido curso de pedagogia e, por conseguinte não tem identificação com o trabalho pedagógico e muito menos habilidades para lidar com pessoas que apresentam maiores limitações (Profa. Orquídea - Respostas Caso de ensino 3).

## Conclusões

O uso de casos de ensino, na presente pesquisa, foi uma ferramenta importante mostrando-se eficaz para a reflexão dos profissionais ao escreverem seus casos bem como para refletir sobre as demais realidades das SRM a partir das questões disparadoras.

Considerando os dados levantados e analisados, observam-se diferenças em nas realidades voltadas as dinâmicas envolvendo as SRM ainda que tenham por base uma mesma política. Voltando-se aos alunos com DI, parece haver questões que se assemelham nas diferentes práticas.

## Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar, 2008. Secretaria de Educação Especial. Disponível em: <[portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Resolução nº 4, de 02 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em: <[portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf)>. Acesso em: 30 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. NOTA TÉCNICA Nº 04 / 2014 / MEC / SECADI / DPEE. Orientação quanto a documentos comprobatórios de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no Censo Escolar. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=1588-nott04-secadi-dpee-23012014&category\\_slug=julho-2014-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1588-nott04-secadi-dpee-23012014&category_slug=julho-2014-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 15 mar. 2016.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Perguntas frequentes. Disponível em: <<http://sitio.educacenso.inep.gov.br/educacao-especial>>. Acesso em: 05 mar. 2016.

MENDES, E. G.; CIA, F.; TANNÚS-VALADÃO, G. (Org.). Inclusão escolar em foco: organização e funcionamento do atendimento educacional especializado. São Carlos: Marquezine e Manzini: ABPEE, 2015.

POKER, R. B. [et al.]. Plano de desenvolvimento individual para o atendimento educacional especializado. São Paulo: Cultura Acadêmica; 2013.